

A ESCOLA DA MINHA INFÂNCIA *

Valdemar Sguissardi**

A "colônia original"

Há 60 anos, na zona rural de Sananduva, então 4º distrito de Lagoa Vermelha, RS, região de matas e terras dobradas beirando os campos de cima da serra do norte gaúcho, nascia-se de uma família pertencente a uma capela da paróquia católica e a uma linha (subdivisão territorial) do município¹. Nascia-se de famílias em geral católicas, prolíficas e obrigadas a um árduo regime de trabalho. Eram 10, 12, 14 ou mais filhos por casal: braços, muitos braços – força de trabalho somada à de alguns bois, mulas ou burros – garantia de produção da sobrevivência na roça.

Nasci em 20 de setembro de 1943, na Linha Brasil, Sananduva, e na Capela São Geraldo, Paróquia de S. João Batista. Sou o 7º de um total de 12 irmãos, seis homens e seis mulheres. Meu pai, nascido em 1908, era filho de imigrantes italianos que – tendo chegado a Flores da Cunha (então Nova Trento) por volta de 1875, provenientes de Mântua e Pádua (Itália) – deslocaram-se, em 1905, para a nova Colônia de Sananduva (entre os rios Ligeiro e Forquilha), em lombo e cargueiro de mulas, por trilhas abertas na mata. Minha mãe, nascida em 1912, era filha de luso-brasileiros, descendentes dos antigos proprietários da Fazenda São João do Forquilha, em cujas terras instalara-se por volta de 1900 essa nova colônia. Esta iria substituir, para os cofres municipais de Lagoa Vermelha, a perda do distrito de Alfredo Chaves (hoje Veranópolis), que então se emancipara.

Sananduva foi colonizada especialmente por (i)migrantes e descendentes de italianos, que ali chegaram em sucessivas levas migratórias de 1900 a 1915, principalmente

* O texto que segue contém diversos fatos e considerações constantes do memorial apresentado pelo autor quando do Concurso para Professor Titular que prestou em janeiro de 1992 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), SP, assim como de uma entrevista que será publicada em dossiê sobre sua trajetória acadêmica em próximo número da revista *Impulso*, da Universidade Metodista de Piracicaba, previsto para o segundo semestre de 2011.

Agradeço a leitura e oportunas sugestões dos colegas e amigos Selina Dal Moro (UPF), Lucídio Bianchetti (UFSC) e César Romero Vieira (Unimep)

** Professor Titular aposentado da UFSCar; e-mail: vsguissardi@gmail.com

¹ As linhas eram caminhos traçados nas terras “colonizadas” que serviam de referência para a demarcação dos lotes que, medindo de 22 a 25 hectares cada um, tinham a testada, de 200 a 250 metros, nesses caminhos e se estendiam por 1000 a 1250 metros, à direita ou à esquerda. Para maiores precisões a respeito, ver ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969; e DAL MORO, Selina Maria. *Da Escola Paroquial à Escola Pública: o significado da escola no desenvolvimento de Sananduva/RS*. Rio de Janeiro: IESAE/FGV, 1985 (Dissertação de mestrado).

vindos de Antônio Prado, Nova Trento, Alfredo Chaves, Flores da Cunha, entre outros municípios que receberam as primeiras gerações desses imigrantes itálicos.

O trabalho da roça

Nas chamadas colônias (zona rural), nessa região, na época de minha infância, não havia miséria. Antes, deve-se falar em pobreza e muito trabalho com estrito caráter familiar. A mão-de-obra era quase exclusivamente doméstica, ocorrendo a contratação de peões e agregados em épocas de safra do milho, trigo e na vindima. Contava-se também com a solidariedade vicinal traduzida na forma de mutirões para as grandes colheitas ou para o socorro de famílias atingidas por algum tipo de desgraça, como temporal, incêndio, doença ou morte. Trabalhava-se do clarear do dia ao pôr-do-sol todos os dias do ano. Mesmo nos feriados era preciso tratar os animais para venda, uso e consumo domésticos. Trabalhava-se mesmo à noite, até o sono chegar, à luz dos lampiões a querosene, em torno do fogão a lenha, na confecção de tranças de palha de trigo para cestas, chapéus e para venda ou troca no comércio da cidade. Trabalho essencialmente feminino, mas no qual se envolvia a criançada de ambos os sexos.

Desde os cinco a seis anos as crianças ajudavam nos serviços domésticos. Aos poucos, enfrentavam os trabalhos da roça: inicialmente transportando alimento e bebida para os mais velhos que madrugavam; depois, carpindo, cortando e amontoando trigo, catando e carregando abóboras, etc. Além disso, era das crianças parte do trabalho doméstico: desfolhar e debulhar milho, catar pasto, preparar ração para porcos, galinhas, patos, vacas de leite, bois de canga, etc. A iniciação e habilitação para o trabalho eram extremamente precoces. De uma iniciação ao trabalho da roça bem sucedida, na enxada principalmente, dependia o primeiro par de sapatos e/ou a primeira fatiota (terno). Aquele "conquistei-o" aos oito anos, após a capina, com uma irmãzinha de sete, de parte pequena de um parreiral de cerca de um hectare de extensão. A fatiota, ganhei-a aos 14 anos quando já terminava o curso ginásial no Seminário dos Capuchinhos de Veranópolis.

Os poucos contatos com a cidade (ou vila) desde cedo faziam as crianças e jovens da roça, como eu, perceberem que existiam vários tipos de trabalho: trabalhos duros e embrutecedores – como os da enxada e do arado, enfrentados ao sol causticante ou ao frio insuportável – e trabalhos mais simples, menos cansativos, mais "nobres e humanos" – como o dos balconistas, dos funcionários de escritórios e cartórios, dos motoristas, advogados, padres e doutores... Na "colônia", havia as inclemências do tempo e o preço aviltado dos porcos, do trigo e do vinho quando eram boas a engorda e as safras agrícolas. Ao mesmo tempo eram altos os preços do açúcar, da carne, das roupas, sempre muito mais altos que as mercadorias produzidas na roça. Havia também as leis, não se sabia inventadas por quem, que proibiam a venda do vinho excedente, se

não tivesse o atestado de controle de qualidade do Instituto do Vinho ou se não tivesse sido fabricado em prédio apropriado para tanto (que não podia ser o porão da casa de moradia). Não se tinha, então, consciência de que as normas desse Instituto para a comercialização da uva e do vinho ou de que o preço do porco, do trigo, do milho variavam a cada ano ao sabor dos interesses dos grandes industriais desses produtos. Não se tinha, então, consciência de que o trabalho dos pequenos produtores rurais tornava-se, a cada dia em maior escala, objeto de exploração dos detentores dos meios de produção e transformação industrial dos produtos agrícolas coloniais.

A primeira comunhão

No conluio permanente entre relações de trabalho e de produção no campo (e na cidade) e as crenças e práticas religiosas, especialmente nas colônias de origem italiana, deve-se situar a experiência da preparação e realização do ritual católico da 1ª comunhão. Uma semana ou duas na casa de parentes ou amigos da família, residentes na cidade, para a frequência às aulas de catecismo preparatórias do "grande dia", precedido pela 1ª confissão, na véspera, era uma experiência venturosa e muito significativa para os jovens oriundos do meio rural. Morar na cidade parecia-lhes uma festa permanente. As pessoas trabalhavam, mas em trabalhos aparentemente leves e em contato contínuo com muitas outras pessoas conhecidas e desconhecidas. Na roça, as festas restringiam-se às religiosas, nas capelas. Esporadicamente ocorriam festas de casamento de familiares ou vizinhos e festas de aniversário do pai ou da mãe. Nestas, lá em casa, havia baile, com sanfona e violão, tocados pelo *nego* Amadeu e seus filhos Irineu e Adamastor, e, na passagem da meia-noite, tomava-se o *brodo* (caldo) de galinha gorda com queijo ralado. A galinha era “presente” das visitas que em geral a “roubavam” do galinheiro do aniversariante. E este mandava dizer aos visitantes, pelos filhos, que ainda não tinha voltado do povoado (vila), aonde fora fazer compras, enquanto se escondia no paiol de milho, galpão ou atrás de uma pipa de vinho até ser encontrado. No baile familiar, todos dançavam com todos, sem pares fixos. A bebida? Água do poço e vinho da casa em litros ou canjirões, de boca estreita, de vários litros.

Festas de outra natureza, que aliavam muito trabalho, cansaço e descontração, eram a vindima e os mutirões para a colheita do milho ou do trigo e os dias de carnear porco ou algum novilho. Havia ainda os *filós* (serões) entre vizinhos, quando, além de muita prosa, regada a vinho e chimarrão, e a depender das habilidades dos visitantes e anfitriões, tocava-se gaita e violão e cantavam-se canções das tradições gaúcha e italiana ou, ainda, da moda caipira ou sertaneja que começava a chegar pelas ondas curtas das rádios Tupi, Bandeirantes, etc., captadas pelos primeiros rádios a válvula que, alimentados a bateria, iniciavam sua promissora invasão das colônias. Mas a cerimônia

da 1ª comunhão, com as meninas, fantasiadas de anjo, convidando e conduzindo meninos e meninas até a balaustrada do altar para receberem a hóstia consagrada, ao som de cantos corais, marcaria a vida de nós jovens por muitos e muitos anos.

Era o início simbólico-real de um compromisso que uniria diversos sentimentos por muito tempo, se não pelo restante da vida: a) o de pertencer a uma comunidade da mesma crença em verdades transcendentais e do mesmo sentimento de culpa ou temor em relação a conseqüências por qualquer desvio de conduta face às normas impostas pela fé religiosa; b) o de conformidade com os desígnios sobrenaturais ou com a naturalidade dos fatos que determinam as condições da existência humana; e c) o de solidariedade nos sofrimentos e nos momentos festivos.

A escola da minha infância

A escola de meus dois primeiros anos de escolarização – 1951 e 1952 – foi a “Irmãos Andradas”, na capela N. Sra. Aparecida, na Linha Pessegueiro, para cuja cabeceira leste, quase divisa com a Linha Lajeado Bonito, minha família mudou-se, da Linha Brasil, em busca de terras melhores e mais extensas no final dos anos 1940. Éramos então o pai e a mãe e dez filhos. Ali nasceriam mais duas irmãs.

Minha primeira professora foi a Lourdes Fortunato que, durante ou no final do meu primeiro ano de escola, foi substituída pela professora Irma Sbalchiero. Esta, desde que assumiu a regência de nossa escola, passou a residir na casa de Domingos e Rosa Sbalchiero, nossos vizinhos. As terras e casa deles ficavam logo além do capão de mato de nosso potreiro. Era comum irmos à escola junto com a professora – raro privilégio! – sujando os pés em terras recém lavradas ou já com milho alto e empenado, plantações de trigo, pequeno e verde ou já alto e dourado, pulando cercas de taipa ou varando as de arame farpado, atravessando poteiros e terreiros de moradias guardadas por cachorros bravos, percorrendo, enfim, estradas barrentas ou empoeiradas. A frequência à escola pela manhã era uma folga apreciada nas lides pesadas do trabalho doméstico e da roça.

Nossa escola distava cerca de 4 km de nossa casa e situava-se ao lado da estrada geral que ligava Sananduva a São João da Urtiga, Maximiliano de Almeida e Paím Filho. Era de madeira, de uma única sala bastante ampla. Na parede do fundo, sem janelas, além de um quadro-negro, havia dois grandes painéis contendo exemplares multicoloridos da fauna brasileira: patos, marrecos, galinhas, galinhas d'água, saracuras, socós, sabiás, bem-te-vis, antas, capivaras, pacas, cutia, tatu, etc. Esses painéis eram para mim um encanto, como o eram as bolinhas de gude, de vidro, coloridas, multicores, que se constituíam em nosso primeiro patrimônio, além de algumas moedas de mil réis, quinhentos réis ou até de tostões, que a gente ganhava de presente de natal de nossos pais ou de nossos vizinhos ou, quando, no primeiro do ano, lhes desejávamos logo no

clarear do dia o “Bom Princípio!”. Aquelas cores diluídas, ondeadas, feito nuvenzinhas, dentro das bolinhas de gude eram verdadeiro mistério.

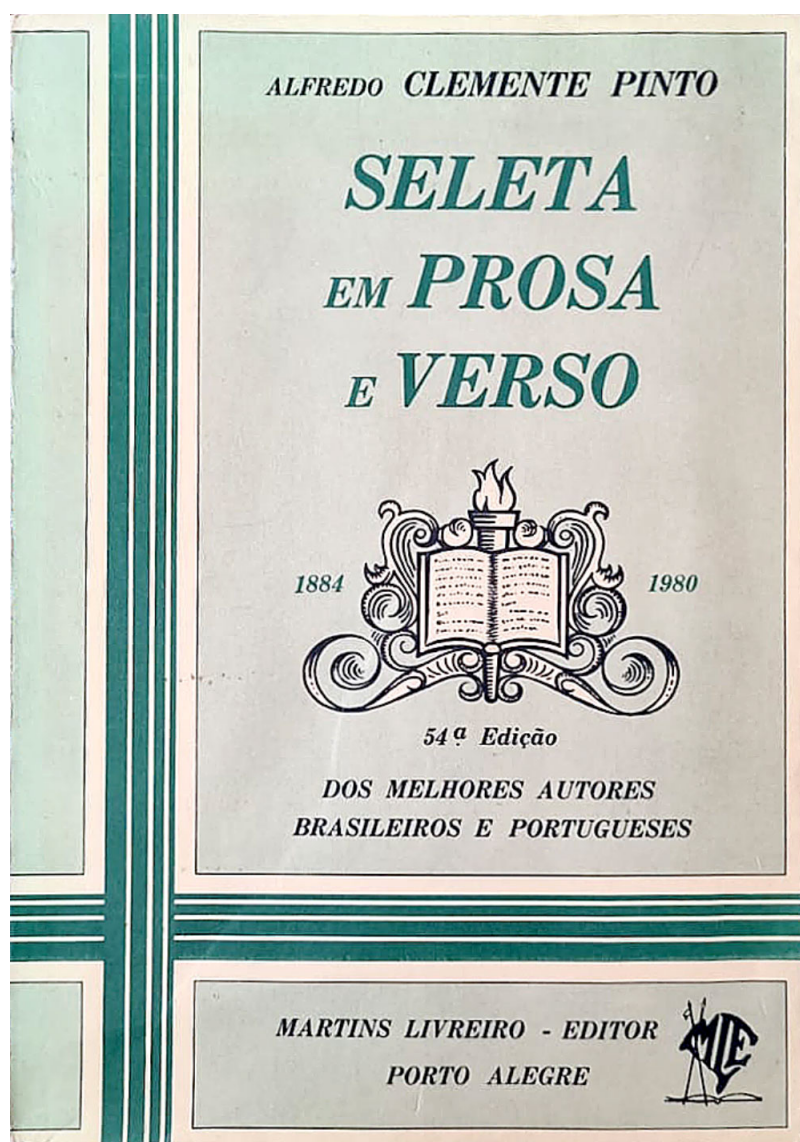
Para acessar a sala de aula subia-se uma escada de cerca de dez degraus que terminava numa plataforma retangular, onde, dizia-se, ficariam ajoelhados sobre grãos de milho e com todos os chapéus de palha dos colegas na cabeça os que porventura praticassem alguma falta grave durante as aulas. Ficariam à vista de todos os que passassem na estrada geral, a pé, a cavalo, nos caminhões e linhas (ônibus)... Passados cerca de 60 anos já não me lembro se esse castigo foi aplicado durante meus dois primeiros anos de escola. Mas me lembro que essa ameaça era muito efetiva e eficiente. Principalmente nos tempos da professora Lourdes Fortunato que tinha fama de ser muito severa e braba.

No primeiro dia de aula ela me deu um susto. Quando me viu com a cartilha aberta numa das páginas centrais, onde estava o alfabeto em letras grandes e góticas, salvo engano, chamou-me a atenção, em tom meio irônico, como se eu estivesse saltando ou ignorando o conteúdo de todas as páginas anteriores e, apressado, quisesse aprender o alfabeto antes de passar pelos exercícios do método silábico, do EVA VIU A UVA, entre outros.

Além da cartilha, levávamos para a escola, numa sacola de fazenda (tecido), uma lousa de pedra retangular, cor grafite, de cerca de 30 por 20 cm e uns dois milímetros de espessura, emoldurada em madeira, e um estilete roliço e fino, de cerca de 20 cm, de pedra também. Levávamos régua pra traçar as linhas na lousa onde escreveríamos para dominar a caligrafia. A lousa era utilizada dos dois lados e o que nela se escrevia podia ser apagado com um paninho úmido ou com a própria manga do uniforme.

Um dos maiores prazeres dos tempos da escola primária era a volta para casa em dias de muita chuva, no verão, quando, além da roupa encharcada, chapinhávamos os pés nas possas d’água, nas valetas, ao longo da estrada, ou quando podíamos, com pé nu ou com alpargatas de sola de corda, desafiar os colegas para uma *bainha* no barro. Tomávamos certa distância do ponto em que se iniciava a *bainha*, corríamos e deslizávamos o pé chapado no barro, por um metro ou mais, equilibrados e arriscando rasgar a sola do pé numa pedra. Quem fazia *bainha* maior ganhava a aposta.

Desde cedo comecei a tomar gosto pela leitura, porém o principal móvel deste não foi a cartilha. Foi uma velha *Seleta em Prosa e Verso*, de Alfredo Clemente Pinto, único livro que me recordo havia em nossa casa, além dos propriamente didáticos. Na primeira página em branco havia uma assinatura de meu pai – Pedro Sguissardi – que me enchia de admiração por seu ótimo traçado das letras feito com pena de aço.



Primeiro, encantaram-me suas ilustrações, em bico de pena, de muitos dos contos e poemas que formavam seu conteúdo. Marcaram-me tanto que, tendo recentemente adquirido, na Feira do Livro de Porto Alegre, uma edição (54ª, 1980) da Editora Martins Livreiro², reconheci a maioria de suas ilustrações e lembrei-me perfeitamente do impacto que me haviam causado lá no limiar dos anos 1950.

² Na apresentação dessa edição, Mário de Almeida Lima escreve que a *Seleta em Prosa e Verso* “viu a luz do dia em 1884, na ‘caza do editor’ Rodolpho José Machado, sita à rua dos Andradas, 338”. Mais adiante afirma: “Nenhum outro livro escolar teve carreira tão prolongada em nosso meio”. Esta reedição teria sido solicitada por autores contemporâneos, entre os quais Mário Quintana, que mereceu, no fecho da apresentação, o que segue: “Aqui está, poeta Mário Quintana, a tua perdida *Seleta*, pedaço da tua infância”. Completa o título: “Dos melhores autores brasileiros e portugueses”. A obra divide-se em duas partes: a primeira dedicada à prosa; a segunda, à poesia. A primeira subdividida em: contos, narrações e lendas; parábolas, apólogos, fábulas e anedotas; história, bibliografia, retratos e caracteres; religião e moral; e cartas. A segunda, em: narrações, apólogos, parábolas e alegorias; líras, canções, hinos, odes e sonetos; descrições e retratos; sátiras e epigramas; e poesias épicas. O primeiro texto em prosa é “Cristóvão Colombo e o ovo” (anônimo); o primeiro, em verso, é “Os meninos de Esparta” (Anastácio Luiz de Bonsucesso). O autor, como se informa na página de rosto da 1ª edição, era *Doutor em*

Assim como ir à escola era um grande prazer para mim, pelo encontro dos colegas da mesma idade, pelo aprender sempre de coisas novas, mas, principalmente, pelo “fugir” do trabalho pesado da roça, as leituras da *Seleto*, livro especial e raro para mim, despertaram-me para a possibilidade de algum dia poder estudar, ter outro tipo de trabalho para sobreviver, sem ser esse, pesado e cruel, mormente no inverno, em dias de geada e serração, para quem era bastante frágil fisicamente, como era o meu caso. Qualquer gripe mais forte ou desarranjo intestinal fazia-me ter desmaios e ficar fora de combate, isto é, da escola e do trabalho.

Um sonho aos poucos foi em mim tomando corpo: estudar, ter uma profissão menos penosa, ser doutor, “usar óculos”... livrar-me da dureza do trabalho da terra. Esperança muito vaga e muito tênue ainda.

Foi um episódio ocorrido no chuvoso e friorento mês de agosto de 1952 que trouxe a esse sonho alguns contornos mais bem delineados de realidade.

Numa das raras ocasiões em que faltara à aula por estar gripado, um Irmão Marista (de Veranópolis?) visitara a escola para arregimentar candidatos ao ingresso na Congregação Marista, dedicada à educação de crianças e jovens. Distribuíra santinhos do padre Champagnat, fundador da Congregação. Ao chegarem em casa, de volta da escola, meus irmãos entregaram-me um desses santinhos, segundo eles, mandado pelo Irmão. Deixaram-me frustrado e curioso ao relatarem detalhes da visita rara. Nosso pai, embora não sendo católico praticante como o era a maioria dos moradores da região, perguntou se algum dos seus quatro ou cinco filhos homens presentes (eu entre eles) interessava-se pela proposta do “Padre”, se algum de nós queria estudar para padre. Meio por brincadeira, meio sério, levantei a mão e falei tímido: eu! Houve surpresa moderada nos doze a treze que estavam ao redor do fogão a lenha aguardando o almoço. Talvez a maioria não acreditasse na seriedade do que ouvira. Nosso pai, porém, foi falando, com toda a autoridade de um chefe de família rural de origem italiana: "Vamos ter então que ir falar com o padre vigário".

Minha sorte estava lançada. Aos oito anos, ainda que inseguro da escolha, não via mais jeito de voltar atrás. Era a oportunidade de estudar, de fugir da dureza da roça, de buscar um futuro melhor. Futuro desconhecido, mas, certamente, menos penoso que o que eu poderia vislumbrar caso não aproveitasse dessa ocasião. Ser doutor, quem sabe? O caminho – do seminário – não era o melhor. Mas, nas circunstâncias, talvez fosse o único atalho possível.

De fato eu jamais havia pensado em ser padre. Além disso, era muito real o fato de que em Sananduva não havia nenhum ginásio em funcionamento, nem o do colégio Santa

Terezinha, das freiras, que seria aberto alguns anos mais tarde. O ginásio mais próximo era o Duque de Caxias, em Lagoa Vermelha, mas minha família não tinha condições de me manter fora de casa e de pagar meus estudos. A ida para o seminário, em que o ser padre podia ser um pretexto conveniente, foi de fato a única via possível para realização de meu sonho. E isto pode ser considerado válido para a maioria dos filhos de agricultores das colônias italianas do Rio Grande do Sul que se dirigiam ao seminário dos Capuchinhos, pois, como se verá adiante, cobravam anuidades quase simbólicas em razão do regime de trabalho e estudo neles adotado.

O "atalho" do seminário: estudo e trabalho

Chegando ao seminário de Vila Flores, então distrito de Veranópolis, em fevereiro de 1952, uma primeira surpresa: no seminário dos Capuchinhos (o vigário de Sananduva era capuchinho; barba longa até a cintura, tocador de gaita, convencera-me a escolher sua ordem e não a congregação marista), estudava-se bastante, mas trabalhava-se muito na roça e na horta também. Teria eu caído numa armadilha? Rápido, entretanto, dava-me conta de que esse era de fato um atalho possível para realizar meu sonho e, sob muitos aspectos, muito agradável. No seminário existiam outros trabalhos bastante diferentes dos que existiam na minha terra natal. Havia grande criação de galinha, plantação de hortaliças. Havia trabalhos de datilografia de que logo me aproximei. Havia turmas de 100, 200 rapazes trabalhando juntos na capina e colheita do milho. Havia os campos de futebol, onde se defrontavam times de 30 a 40 jogadores, com sete, oito bolas, dois goleiros de cada lado, e, atrás do gol, os machucados, com dedos destroncados ou feridos de enxada, com um canivete e um pedaço de ripa apontando os gols às dezenas. Havia as festas, os cantos, os piqueniques. Havia muitos livros, música clássica e alguma esperança palpável de um futuro diferente. Assustava-me o engajamento definitivo na vida religiosa, mas eu não tinha outra escolha para poder me dedicar aos estudos. Se abandonasse o seminário, esperava-me a vida na roça, com seu cortejo de dificuldades. Neste caso, talvez algum dia, com muita sorte, pudesse me tornar motorista de caminhão – profissão sonhada por muitos à época, mas ainda possível a poucos.

No seminário de Vila Flores, de certo por ser eu bastante franzino e tímido, fui posto para repetir o segundo ano primário. A professora era a Irmã Helena da Cruz, muito bonita e simpática, por quem toda a piaçada logo se afeiçoava. Lembro que ela gostava de pedir redações, fazer ditados. Numa dessas cometi uma imprecisão na construção de uma frase cuja correção me serve até hoje. Ao invés de escrever “vinha vindo”, escrevi “estava vindo”. A Irmã Helena chamou-me a atenção para o fato de que, embora não fosse de todo errado, era melhor a primeira forma, que indicaria melhor o movimento e

que a gente deveria sempre procurar a melhor palavra para expressar uma idéia. Palavra imprecisa é como um bemol ou um suspenso em lugar de uma necessária nota inteira. Produz-se uma dissonância que afeta o ouvido do leitor, mesmo que inadvertida.

Ao final do ano classifiquei-me entre os primeiros da turma e, como decorrência, fui dispensado de cursar o terceiro e o quarto anos, indo direto para o quinto. Ali o professor era o Frei Hugolino de Garibáldi.

Seu método de ensino era muito adequado a nossa idade. Utilizava-se de uma forma de organizar a classe que, como no esporte, levava a uma salutar disputa entre dois “times” formados pelos dois melhores alunos da turma e seus “escolhidos”. Nos primeiros bancos sentavam os melhores alunos e nos últimos os piores. A aula em geral começava com a tomada das tarefas, em que as questões tinham que ser respondidas alternadamente por representantes de cada um dos dois “times”, com pontuação pertinente.

Lembro que, numa dessas, sendo eu o líder de um dos dois times, cometi um erro que me fez aprender definitivamente qual é o músculo mais forte de nosso corpo: eu respondi que era o do estômago (galinha desfaz até pedra...), mas o correto era o masseter, de nosso maxilar...

Doutra feita, convicto de que os óculos eram uma espécie de símbolo de inteligência ou sabedoria, dada a relação que eu “vira” entre o uso de óculos e qualificação ou bem-estar profissional, nos médicos, advogados e nos próprios professores, levei um susto quando soube, pelo professor, que meu competidor direto, líder do “time” adversário, ausentara-se da aula, determinado dia, para ir ao oculista em Veranópolis... O pior é que ele voltou usando óculos... Andei, por uns tempos, cismado, tentando ver se eu também não estava com problemas de vista, precisando usar óculos. Não estava e aos poucos percebi que eu perderia a competição se não estudasse mais que o colega Reinaldo Gnoatto. O resultado do fim do ano me deu razão: encerrei a escola primária bem avaliado e pronto para ingressar no ginásio do Seminário São José de Veranópolis.

As marcas do seminário

A vida no seminário criava diferentes marcas mais ou menos indeléveis: certo e perigoso moralismo compensado apenas por uma importante disciplina de estudo e trabalho, além de um significativo sentimento de solidariedade.

Os anos passavam. Não me sentia vocacionado para o sacerdócio como aparentava estar a maioria dos meus colegas. Aliás, a chamada vocação se me apresentava, então (hoje mais ainda), como um dos artificios da irracionalidade que, no interior da Igreja Católica, tem produzido os seus onipresentes mistérios e dogmas, de que os da

Santíssima Trindade e da Imaculada Conceição da Virgem Maria são apenas exemplos. Não tinha razões suficientes para abandonar o seminário. Assustava-me a possibilidade de voltar à vida de privações e sofrimentos da roça. Preocupava-me a frustração que causaria a minha mãe e a meus irmãos por desfazer um sonho nascido no dia em que me viram partir para o desconhecido: ter um padre na família. Era muito disseminada então a máxima proferida por algum papa: a maior glória de uma família é ter um filho padre! Cada ano que passava este sonho adquiria formas mais e mais reais. Em meus ombros recaía a responsabilidade principal por sua concretização ou por seu fracasso. Acrescente-se que, um ano após minha entrada no seminário, meu pai falecera de câncer, com 46 anos. Além do sofrimento e angústia naturais que a distância se encarregava de ampliar em mim, minha família sofrera sérios abalos financeiros e emocionais. Na família patriarcal como a nossa, quem assumia as rédeas da casa era o irmão (homem) mais velho ainda não casado. Com 17 ou 18 anos, aquele sobre quem recaiu esta carga não tinha, evidentemente, maturidade para tanto e as relações entre nós, irmãos, deterioraram-se. Comecei a sentir-me cada vez mais distante daquela família originária e mais necessitado de construir a família dos muitos irmãos que efetivamente conviviam comigo no seminário. Este conjunto de circunstâncias e a necessidade de me armar para uma incerta sobrevivência futura mantiveram-me no seminário por 13 anos.

As "paixões" de estudante.

Que dizer dos estudos e de minhas "paixões" por algumas matérias? De um modo geral, sempre gostei de estudar, de satisfazer a curiosidade de tudo saber. Sempre busquei me distinguir pela permanente busca de uma cultura geral. Não o saber pelo saber, a erudição por ela própria, mas um saber comprometido com algumas causas que davam sentido à própria vida. Não havia matéria de que não gostasse. Tinha, entretanto, minhas preferências: português e geografia. A história vinha em seguida; depois, a matemática, a física. Não tinha jeito para o desenho, a não ser o geométrico.

O gosto pelo português tinha algumas explicações que talvez hoje apenas racionalizem algo intuitivo e irracional à época. Isto vale, ao menos parcialmente, para o meu gosto e dedicação aos estudos em geral. Eu era franzino, tímido e originário de família pobre. Não podia competir com as centenas de colegas nem em ostentação de riqueza (roupas, brinquedos, relógios, agasalhos de inverno) nem em força física (no trabalho, nos esportes) nem no debate de idéias (nas discussões escolares ou do dia a dia). Além disso, eu não era descendente de italianos (de pai e mãe) como todos ou quase todos os demais. O idioma mais praticado comumente não era o português correto, antes era o dialeto vêneto misturado com um português de fonética adequada às circunstâncias. Eu

era, com poucos outros, uma exceção. Na minha casa não havia o hábito do dialeto vêneto nem do cremonês ou outro. Meu pai dizia-se getulista o bastante para ter aceitado as restrições do uso dos idiomas italiano e alemão, a partir da declaração de guerra do Brasil ao Eixo, como medida acertada. Além do que, em casa, predominava a linguagem da mãe luso-brasileira. No seminário, não havia discriminação clara. Havia, entretanto, um sentimento que nos penetrava até a medula dos ossos: eu era, para todos os efeitos, um “pelo duro”! Um dia estudei italiano com muito prazer, mas o estudo do português era minha "vingança". Cedo descobri a literatura e nos anos do ginásio tornei-me um inveterado "rato de bibliotecas". Tornei-me familiar de escritores tão diferentes como Júlio Verne, Karl May, Morris West, Machado de Assis, Coelho Neto, Raquel de Queiroz, Leonel Franca, Júlio Maria, biógrafos de São Francisco de Assis, Tomás de Kempis, Érico Veríssimo, Lauro Rodrigues, Alcides Maia, Simões Lopes Neto, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz, etc. Este gosto e esforço resultaram em relativo sucesso. Tive sempre as melhores notas das turmas e ganhei alguns concursos de redação e contos que me enchiam de orgulho.

A geografia foi para mim o que tem sido para tantos e tantas homens e mulheres em todos os tempos, impedidos, pela pobreza ou por outras carências, de viajar, de conhecer o desconhecido do mundo. Era assim que eu sublimava minhas limitações. Um dia, mais tarde, faria o mesmo com o estudo da astronomia, da eletrônica. Estudava até o limite de minha capacidade, buscando compensar minhas limitações reais através da liberdade do pensamento e do sonho.

Concluindo

Enfim, a escola da minha infância – Escola Irmãos Andradas, Seminário Santo Antônio, de Vila Flores, e livros como a *Seleção em Prosa e Verso*, de Alfredo Clemente Pinto – somente adquire sentido para mim hoje porque consigo situá-la como parte desse contexto sócio-econômico, cultural, religioso em que nasci e em que dei meus primeiros passos rumo ao que se denomina humanização. Não somos verdadeiramente homens ou mulheres ao nascermos: tornamo-nos homens e mulheres humanizados à custa do enfrentar de desafios que a luta pela sobrevivência nos impõe. E esta luta se dá de modo específico e particular de acordo com as formas de organização da produção e reprodução da existência humana: numa tribo indígena ou numa sociedade capitalista. As circunstâncias estruturais e superestruturais que condicionaram a existência e forma da escola da minha infância e o sentido de minhas escolhas iniciais continuariam a ter um papel central ao longo de minha trajetória pessoal, intelectual e profissional. A escola da minha infância, as opções de vida que fiz e os caminhos que percorri nestes sessenta anos, se bem entendidos, ajudam a compreender os fatores que produzem nossa existência material e simbólica. Fatores tão importantes quanto díspares, mas

dialeticamente interligados, como a organização da sociedade, as relações de trabalho no campo e na cidade, as tradições jurídicas na família patriarcal, as crenças religiosas e a vontade de ocupar um lugar no mundo competitivo que desafia especialmente os pobres e excluídos que não aceitem submeter-se ao desigual e injusto usufruto da produção do trabalho humano que marca nossa sociedade há tantos séculos. A memória da escola da minha infância é uma excelente chave de entendimento dos dias presentes, meus e de meus familiares e contemporâneos. Oxalá esta memória não seja pintada apenas pelas cores do otimismo e da naturalização, mas, reconstituída em suas dimensões reais, possa lançar luzes sobre a necessidade de políticas públicas e propostas de mudança, para a escola do “povo”, condizentes com as exigências dos tempos atuais.

Piracicaba, julho de 2011.

Referência:

SGUISSARDI, Valdemar. A escola da minha infância. In: FISCHER, Beatriz T. Daudt (Org.). *Tempos de escola: memórias*. Vol. II. São Leopoldo, RS: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011, p. 25-38.